

É hora da grandeza e da solidariedade

Por **Antonio Delfim Netto**

Valor Econômico, 13.1.2015

A tragédia da Petrobras é enorme, mas não pode "congelar" o governo

Há uma curiosa e preocupante dissonância entre as palavras e a ação do governo. Ele se recusa a admitir desequilíbrios, mas promete corrigi-los.

Houve uma evidente deterioração das contas públicas pelo atraso em reconhecer: 1) que a situação externa tinha se invertido; e 2) que as intervenções voluntaristas nos projetos de infraestrutura e pontuais nos mercados de bens e serviços eram incapazes de alterar a causa básica da redução da taxa de crescimento do PIB: a substituição da oferta interna da indústria nacional pela oferta internacional (a importação).

Nunca houve falta de demanda industrial interna. Os aumentos dos salários reais, a ampliação do crédito e a redução da taxa de juros real sempre a sustentaram. O que ocorreu foi uma dramática destruição das condições que garantiam uma relativa isonomia competitiva da indústria nacional, o que a levou à estagnação e arrastou com ela o PIB.

Isso sugere que no Brasil, nos últimos anos, a existência de uma alta taxa de inflação acompanhada por uma estagnação da economia tem pouco a ver com o "excesso" da demanda efetiva total com relação ao PIB "potencial".

Provavelmente, ela tem outras causas, como as políticas salarial e cambial e a inclusão creditícia muito ambiciosas, que deslocaram parte da demanda para os serviços e levaram à incorporação da mão de obra com pouca qualificação e, portanto, com menor produtividade.

A alteração da estrutura produtiva, que está se transformando de conjuntural em estrutural, torna ainda mais problemática a estimativa do etéreo "produto potencial" e, conseqüentemente, da "falsa constante", a taxa de juro real de equilíbrio, aquela que manteria o emprego perto do seu máximo sem acelerar a taxa de inflação, ambas exigidas para o exercício da política monetária "ótima".

Há pouca "ciência" e muito "arbítrio" em tudo isso, o que mostra o grau da sorte, conhecimento, sensibilidade, humildade, habilidade e arte exigidos dos executores da "nova" política econômica, dos quais a presidente espera que "com o menor sacrifício dos menos favorecidos", cumpram tarefas pouco conciliáveis: 1) a recuperação do equilíbrio fiscal sem comprometer os investimentos públicos; 2) a rápida redução das intervenções no sistema de preços, principalmente na taxa de câmbio, com a simultânea redução da "expectativa" inflacionária; e 3) que acordem o "espírito animal" do setor privado, mostrando que o "ajuste" não é a redução da demanda efetiva, mas apenas a preparação para a volta ao crescimento do setor industrial e, conseqüentemente, do PIB.

Boa parte dos analistas financeiros continua a insistir no diagnóstico de "excesso de demanda efetiva" sobre o PIB potencial (a falsa "prova" seria a alta taxa de inflação e o gigante déficit em conta corrente). Sugerem como solução o aumento da taxa de juros real de "equilíbrio", o que tende a antecipar uma valorização da

taxa de câmbio, o que agravaria o problema. É um exemplo de como um diagnóstico consensual pode ter validade duvidosa e pode produzir resultados tão ruins quanto a falta de diagnóstico.

Alguns sinais (ainda não absolutamente convincentes) parecem indicar a séria disposição da nova administração de assegurar a redução dos desequilíbrios e criar as expectativas de volta do crescimento do investimento público, do privado e do PIB, condições necessárias para facilitar o ajuste "benigno" desejado.

O primeiro sinal foi a decisão anunciada de reduzir firmemente o "imbróglio" fiscal sem retroceder no processo civilizatório, isto é, com o menor desconforto para os menos favorecidos e na manutenção do aumento da igualdade de oportunidades, para que eles possam continuar a construir a sua cidadania com dignidade. Isso é fundamental para a coesão e justiça sociais e é a condição política de sustentabilidade das medidas.

É evidente, entretanto, que o ajuste fiscal só será bem-sucedido se for capaz de despertar o "espírito animal" do setor privado, dentro de um prazo razoável. De qualquer forma, parece que o superávit primário projetado de 1,2% do PIB em 2015 é um bom começo.

O segundo sinal veio do relatório do Banco Central de dezembro, que revela uma maior disposição de resistir à "dominância fiscal" e sugere a necessidade de uma íntima cooperação entre a política monetária e as políticas social, fiscal, salarial e cambial. Por último, a recente decisão do Banco Central mostra que as intervenções no mercado cambial destinam-se a reduzir a volatilidade e não a "determinar" o nível da taxa de câmbio.

Não nos equivoquemos, há muitas dificuldades à frente. A tragédia da Petrobras é enorme, mas não pode e não deve "congelar" o governo. Essa é a hora da grandeza e da solidariedade com a nação. É hora de pôr de lado o pensamento mágico, de superar ridículos preconceitos ideológicos e reconhecer que nossas instituições estão cada vez mais fortes e são a garantia da nossa liberdade. Não serão medíocres arreganhos de uma "direita" boçalizada, ou de uma "esquerda" imbecilizada que irão enfrentá-las.

É hora, pois, em legítima defesa, de torcer e trabalhar para que o Brasil se reencontre com o caminho do crescimento econômico eficiente com ampliação da inclusão social.